

SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIA-APM): UMA EXPERIÊNCIA DE DIFUSÃO ON LINE

N. do Trabalho -124

Renato Pinto Venancio
rvenancio@eci.ufmg.br
ECI-UFMG

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo apresentar a experiência do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM). Trata-se da potencialidade da comunicação à distância ou, mais precisamente, do uso da internet para se promover a democratização do acesso a acervos arquivísticos.

Palavras-chave: difusão, arquivo público, internet

Keyword: outreach programme, public records, internet

Em 2005 foi apresentada à lei Rouanet/MINC o projeto de criação do *Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM)*. Dois anos mais tarde esse banco de dados foi disponibilizado na internet. O presente texto procura analisar essa nova forma de difusão de acervos arquivísticos, no âmbito das demais experiências dos arquivos públicos brasileiros, assim como seu impacto em termo do aumento do número de usuários na referida instituição arquivística.

Websites de instituições arquivísticas

Ainda são raras as reflexões a respeito das experiências em curso, de desenvolvimento de websites de instituições arquivísticas (MARIZ, 2012). A origem dessa nova forma de comunicação é recente. A internet, conforme é sabido, remonta à década de 60. Ela foi desenvolvida para fins militares, na área da defesa. Na década de 80, se estruturou para além desses fins. Na década de 90 sua expansão decorreu de interesses comerciais, sendo acompanhada pela multiplicação do uso de computadores pessoais. Nesse contexto, o acesso remoto a fontes documentais e bibliográficas foi difundido entre pesquisadores universitários. Isso, obviamente, implicou na reestruturação das instituições arquivísticas, levando ao desenvolvimento de projetos na

constituição de redes on line (COOK, 1998). Hoje, praticamente todas empresas, organizações, partidos político e indivíduos utilizam a internet para oferecer seus serviços e estabelecer comunicação. Trata-se de uma rede caracterizada por estar continuamente a crescer e mudar, se autoconstruindo sem qualquer agência reguladora nacional ou internacional.

Este enorme crescimento associado à falta de coordenação faz da Internet um verdadeiro "caos", onde se mesclam informações relevantes com outras totalmente desnecessárias ou incorretas. A superação desse problema, em grande parte depende da ação das bibliotecas e arquivos públicos. Os sites dessas instituições têm um papel importante, no sentido de oferecer informações de qualidade, facilitando e estimulando a pesquisa.

No presente texto, tratarei especificamente do surgimento do *Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro* (SIA-APM), no contexto dos portais e sites de arquivos públicos. O desenvolvimento dessas ferramentas de acesso remoto também constitui num recurso importante para o desenvolvimento da *assistência educativa* ou *ação educativa* (FRATINI, 2009). O *Dicionário de terminologia arquivística*, no tópico *disseminação da informação*, ressalta essa responsabilidade das instituições arquivísticas: "Fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação¹." Tal iniciativa é uma meta dos arquivos públicos. Cabe a essas instituições promover ações no sentido de sensibilizar coletivamente para a importância dos acervos que abrigam, despertando interesse por sua preservação e consulta.

Portanto, a questão que se coloca é a de saber como as instituições arquivísticas podem prestar serviços aos usuários, sejam eles especialistas ou não-especialista (alunos do ensino fundamental e médio, genealogistas, cidadãos em busca de documentação probatória etc). No que diz respeito às ações educativas, que, diga-se de passagem, podem ser desenvolvidas de forma remota, há posições pessimistas. Alguns autores acentuam o caráter utópico de uma "leitura popular" nos arquivos.² Nesse sentido, as

1 **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf Acesso em 12 jul. 2012.

2 **L'action éducative et culturelle des Archives** (Actes du colloque "Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des Archives). Paris: La Documentation Française, 2007.

instituições arquivísticas em muito se afastam dos museus, pois as dificuldades de leitura paleográfica e, bem mais importante ainda, as exigências da formação acadêmica para contextualizar os dados dos documentos são quase sempre obstáculos intransponíveis aos não-especialistas (COURCHESNE, 1998-1999). Tal perspectiva, contudo, é minoritária. A divulgação de conjuntos de acervos de apelo universal (ou seja, que não exigem treinamento paleográfico), como no caso das fotografias, pode auxiliar o trabalho de ação educativa remota.

Até 2007, as informações do APM eram divulgadas apenas na página do portal da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais – SEC-MG. Trata-se, aliás, de uma restrição imposta pela legislação. A referida instituição arquivística é uma superintendência da SEC-MG. De acordo com as regras da governança eletrônica, somente autarquias ou secretarias de estado podem ter sites ou portais próprios, pois dispõem de setor de comunicação estruturado. Frente a tal situação restritiva, a alternativa encontrada pelos dirigentes do APM foi o de apresentar o sistema integrado de acesso como um “banco de dados” e não como portal ou site independente – característica, aliás, que mantém até hoje.

A comparação dessa experiência, com outras que ocorreram a partir de 2000, revela o esforço do APM em ampliar os serviços aos usuários. Uma de nossas fontes consiste em documento produzido, em 2000, pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), intitulado: “Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas”.³ Os sites atuais dos arquivos públicos, referidos na mencionada pesquisa, também foram consultados. Cabe também salientar uma ruptura ocorrida na década passada que influenciará de maneira crucial os serviços de difusão por meio da internet. Em 2004, surge a Web 2.0 e com ela a multiplicação de interfaces colaborativas. O compartilhamento de informações em rede, embora existisse de forma embrionária antes da referida data, conhece uma expansão sem precedentes, dando origem aos blogs, orkut, youtube, wikipédia etc (KEEN, 2009).

Dessa forma, a partir da referida data, às questões levantadas pelas diretrizes de websites do Conarq, podemos agregar outras, relativas à interatividade e ao acesso a

³Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> Acesso em 12 jul. 2012.

conjuntos de documentos digitalizados. O referido documento resultou do trabalho de um grupo de especialistas que, durante 12 meses, elaborou diretrizes para websites arquivísticos. Tal comissão foi composta por representantes das seguintes instituições: dois do Arquivo Nacional, um da Biblioteca Nacional, e um da comunidade científica da área de arquivologia, vinculado à Universidade Federal Fluminense.

O objetivo das diretrizes, então propostas, era o de definir *os aspectos teóricos e operacionais relativos à dimensão virtual dos arquivos e suas diversas implicações*. Talvez o aspecto mais interessante desse documento seja que ele não pretendeu ser um *manual para a construção de websites de instituições arquivísticas*. Seu objetivo era bem mais modesto: definir as funcionalidades mínimas que os sites de arquivos públicos deveriam ter e realizar um diagnóstico geral a respeito da situação em que se encontravam. Tal postura implicou na realização de pesquisa para avaliar a situação dos websites existentes e, a partir daí, refletir a respeito das soluções que deveriam ser propostas. Sublinhava-se que: *A especificidade de cada instituição interessada em produzir ou redefinir seu website poderá levar à adoção do conjunto destas diretrizes ou parte delas*.

O universo pesquisado pelos membros da comissão dizia respeito a websites de 13 instituições arquivísticas, a saber: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Público do Estado do Ceará, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Arquivo Público do Estado do Pará, Arquivo Público do Estado do Paraná, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo do Distrito Federal, Arquivo Municipal do Rio de Janeiro e Arquivo Municipal de Salvador.

Conforme é possível observar, a amostragem procurava avaliar a situação em três níveis distintos: federal, estadual e municipal. No entanto, há na amostragem uma discrepância numérica em termos do segundo nível frente ao terceiro. Também não são explicitados os critérios que levaram a escolha das mencionadas instituições. Ao que parece tal seleção corresponde ao quadro de instituições que, entre 1999 e 2000, efetivamente possuíam websites. Afirma-se, inclusive: *Em levantamento semelhante realizado em 1996 ... constatou-se a presença de apenas três instituições na Internet*.

Apesar da escassa quantidade de instituições arquivísticas públicas presentes na Internet, observou um aumento de cerca de 300% em três anos.

A tabela 1 tem por objetivo comparar a evolução dos websites arquivísticos ao longo da última década. O primeiro item diz respeito à disponibilização de informações a respeito do acervo da instituição. Observa-se um declínio nesse item em razão de três sites (referentes ao Arquivo Estadual de Pernambuco, Arquivo Estadual do Pará e Arquivo Municipal de Salvador) estarem desativados por ocasião da pesquisa.

Tabela 1. Websites de Arquivos Públicos Brasileiros

Informação/Serviço	2000 (13 instituições)	2010 (10 instituições)
	%	%
Sobre o acervo	100,0	76,9
Sobre instrumentos de pesquisa	30,0	61,5
Instrumentos de pesquisa on-line	38,0	46,1
Instrumentos de pesquisa em base de dados	15,0	38,4
Outras bases de dados	0,0	53,8
Sobre serviços disponíveis aos usuários	76,0	76,9
Atendimento ao usuário via e-mail	8,0	76,9
Contador de acessos ao site	54,0	7,6
Última atualização do site	15,0	0
Links arquivísticos	39,0	61,5
Mapa do site	0,0	61,5
Mecanismo de busca do site	0,0	38,4

Fontes: Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Conarq, 2000; sites de arquivos públicos brasileiros (2000: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Público do Estado do Ceará, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Arquivo Público do Estado do Pará, Arquivo Público do Estado do Paraná, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo do Distrito Federal, Arquivo Municipal do Rio de Janeiro e Arquivo Municipal de Salvador), (2010: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Público do Estado do Ceará, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Arquivo Público do Estado do Paraná, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo do Distrito Federal, Arquivo Municipal do Rio de Janeiro).

Um exemplo, uma ampliação dos serviços foi registrada pelo website do Arquivo Nacional. Além de disponibilizar instrumentos de pesquisa on line, a instituição avançou em facultar o acesso a bancos de dados com informação documental já tratada, como no caso módulo referente à entrada de estrangeiros pelo porto do Rio de

Janeiro, entre 1880 e 1930, possibilitando o acesso on line a documentação frequentemente utilizada em estudos de demografia histórica⁴. Outro exemplo nesse site é o banco de dados do projeto “Memórias Reveladas”, que tem por objetivo disponibilizar informações e documentos digitalizados dos acervos das polícias políticas do Brasil⁵.

No âmbito estadual também foram registrados acréscimos de funcionalidades aos websites. O Arquivo Público do Paraná disponibiliza on-line não só o Guia de Fundos⁶, como também bancos de dados referentes aos imigrantes estrangeiros que chegaram ao Porto de Paranaguá entre 1876 e 1885⁷. Registra-se, ainda, numerosa documentação digitalizada referente ao século XIX, na forma de mensagens e relatórios de presidentes de província e de secretários provinciais. O arquivo público paranaense também se destaca, no âmbito das instituições arquivísticas estaduais, pelo pioneirismo em permitir o acesso remoto aos instrumentos de pesquisa da Delegacia de Ordem Política e Social – PR, transferido para a instituição em 1991⁸.

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo⁹ e o Arquivo Público do Estado de São Paulo¹⁰ também avançaram de forma significativa. Além dos serviços já mencionados, referentes aos instrumentos de pesquisa, a primeira instituição deu mostra de criatividade, através de exposições virtuais de fotografias, registrando o cotidiano regional de fins do século XIX e início do XX, no meio urbano e nas áreas indígenas¹¹. Dessa forma, a instituição recorreu a internet para proporcionar novas formas de ação educativa, pois os professores do estado passaram a dispor de material iconográfico de uso complementar em sala de aula. O mesmo pode ser afirmado em relação à página referente à *Exposição em homenagem aos 150 anos da Insurreição do Queimado: a maior revolta de escravos ocorrida em um distrito, à época pertencente à capital da*

⁴ <http://www.an.gov.br/rvbndes/menu/menu.php> Acesso em 12 jul. 2012. Cabe sublinhar que essa iniciativa também visa facilitar os pedidos de nacionalidade estrangeira por parte de cidadãos brasileiros, descendentes destes imigrantes.

⁵ <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> Acesso em 12 jul. 2012..

⁶ <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=77> Acesso em 12 jul. 2012.

⁷ <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78> Acesso em 12 jul. 2012.

⁸ <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79> Acesso em 12 jul. 2012.

⁹ <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm> Acesso em 12 jul. 2012.

¹⁰ <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/> Acesso em 12 jul. 2012.

¹¹ <http://www.ape.es.gov.br/images/galerias/index.html> Acesso em 12 jul. 2012.

Província do Espírito Santo, em 19 de março de 1849. Aí são disponibilizados 20 recortes de jornais que apresentam a evolução geral da revolta: dos levantes à execução dos rebeldes. Destaca-se também o convênio com o Instituto Histórico estadual, o que permitiu a digitalização de antigas coleções de periódicos.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo também se observa a disponibilização de guia do acervo¹² e a existência de exposições virtuais, como a do *Futebol no Brasil: das origens à popularização*¹³, que procura explorar fontes documentais referentes ao tema para fins de ação educativa. Nesta instituição, o que se destaca, porém, é a crescente presença de acervo digitalizado, seja a referente aos jornais, revistas, cartas, fotografias e filmes, seja a que diz respeito à documentação manuscrita da Colônia e do Império, como no caso dos maços de população ou os ofícios governamentais¹⁴.

A tabela 1 contempla, ainda, os itens referentes aos “serviços aos usuários” e ao “atendimento via e-mail”. No que diz respeito a esse último aspecto, cabe salientar que atualmente todas as instituições arquivísticas dispõem de e-mail. O percentual inferior aos 100% foi registrado em razão da ausência, na amostragem, dos três arquivos públicos acima mencionados – o mesmo pode ser afirmado em relação ao “serviço ao usuário”.

Os itens referentes à “última utilização do site” e ao “contador de acesso” são funcionalidades que tendem a desaparecer, sendo o último item identificado apenas para o caso do Arquivo do Distrito Federal¹⁵. Não se trata de uma mudança significativa, pois a tendência geral nos demais sites da internet é a da eliminação desses dois itens, seja por sua incorporação ao sistema que produz relatório interno de acesso, seja pelo fato de o site ser constantemente atualizado, o que torna redundante o registro de tal informação.

A disponibilização do “mapa do site” é um item que cresceu de maneira significativa. No entanto, o mesmo não é observado no que diz respeito ao “mecanismo de busca do site”. Isso se deve ao fato de os bancos de dados disponíveis apresentarem

¹² <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/guia.php> Acesso em 12 jul. 2012.

¹³ http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_futebol/index.php Acesso em 12 jul. 2012.

¹⁴ http://www.arquivoestado.sp.gov.br/a_acervo.php# Acesso em 12 jul. 2012.

¹⁵ <http://www.arpdf.df.gov.br/> Acesso em 12 jul. 2012.

elevado nível de complexidade. Nesses bancos de dados, o número de campos referentes aos metadados varia de acordo com o acervo em questão, desestimulando a inclusão de funcionalidades referentes a sistemas de busca geral. Além disso, várias instituições têm optado, tendo em vista os poucos recursos disponíveis, por cadernos de imagens digitalizados em formato PDF.

Nas duas datas da tabela 1, se registra apenas um website de arquivo municipal. Trata-se do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro¹⁶. No contexto dos arquivos municipais brasileiros, a instituição se destaca, apresentando funcionalidades semelhantes aos dos principais arquivos estaduais, como, por exemplo, guia de fundos digitais e disponibilização de acervos fotográficos.

Contudo, tabela 1 não é um retrato fiel da situação atual. De 2000 até 2010, várias instituições arquivísticas brasileiras criaram seus respectivos websites. No âmbito municipal, por exemplo, cabe salientar o excelente trabalho desenvolvido pelo Arquivo Histórico de São Paulo¹⁷ e pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte¹⁸. Essas instituições não foram registradas na amostragem utilizada no grupo de pesquisa do Conarq/*Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas*. O mesmo pode ser afirmado para outros casos: o Arquivo Público do Estado do Maranhão, por exemplo, avançou na disponibilização de informações a respeito do acervo que abriga e as formas de seu acesso¹⁹. Também foi bastante significativo o avanço registrado pelo Arquivo Público Mineiro. Através do *Sistema Integrado de Acesso (SIA-APM)*²⁰ foram disponibilizados instrumentos de pesquisa on line, assim como filmes, fotografias, periódicos e dezenas de milhares de manuscritos dos séculos XVIII e XIX.

O Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM)

O Arquivo Público Mineiro - APM, criado em 1895 por Xavier da Veiga, tem por objetivo recolher, organizar e dar acesso a fundos documentais referentes ao poder executivo do Estado de Minas Gerais. Ao longo de sua história, o APM foi pioneiro na

¹⁶ <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/principal.shtm> Acesso em 12 jul. 2012.

¹⁷ http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/arquivo_historico/ Acesso em 12 jul. 2012.

¹⁸ <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=arquivopublico> Acesso em 12 jul 2012.

¹⁹ <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/apem/index.php> Acesso em 12 jul 2012.

²⁰ <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> Acesso em 12 jul. 2012.

divulgação de fontes documentais e análises históricas. A Revista do Arquivo Público Mineiro – RAPM data de 1896 e desde então publicou transcrições de documentos e numerosos instrumentos de pesquisas (guias de fontes, catálogos, inventários etc).

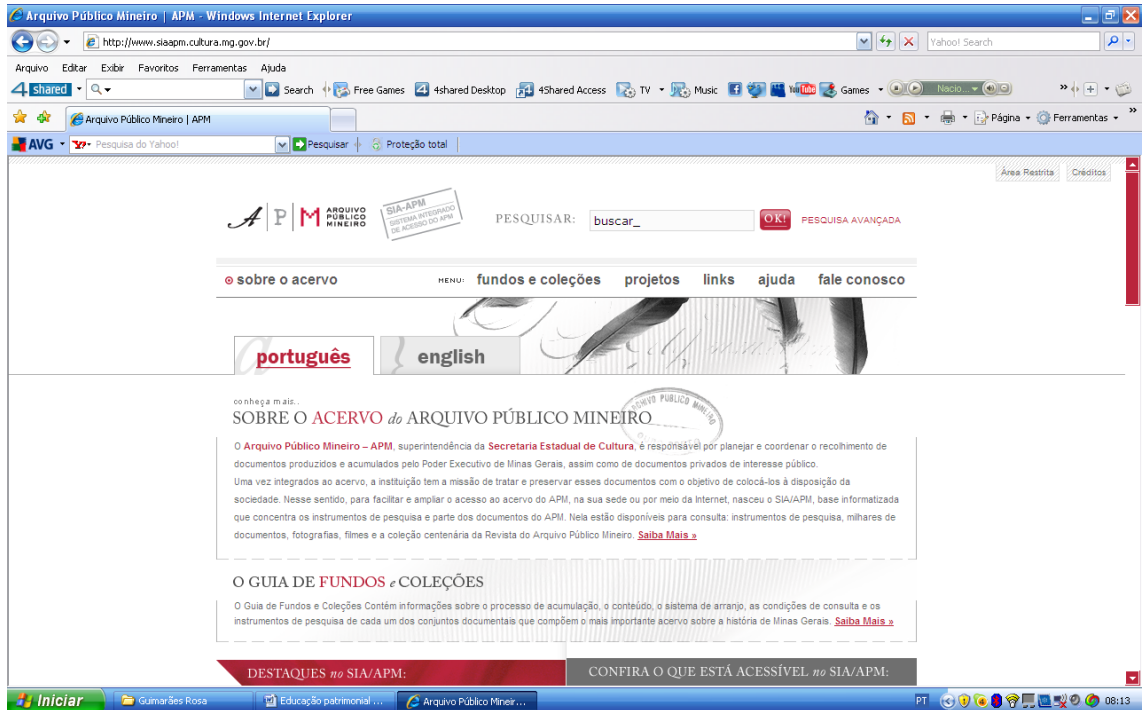
A partir da década de 1970, o APM também pioneiramente deu início à reformatação de acervos, desenvolvendo vários projetos de microfilmagem. Foi nessa época, por exemplo, que ocorreu a microfilmagem da coleção de jornais mineiros do século XIX e XIX, que à época pertencia à instituição, sendo, em 1996, transferida para a Hemeroteca Estadual de Minas Gerais.

Entre 2000-2005, o APM elaborou e implementou vários projetos de digitalização de acervos, tais como: o da Comissão Construtora na Nova Capital, 1893-1897 (documentação referente à construção de Belo Horizonte, em parceria com o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte eo Museu Abílio Barreto); digitalização da Coleção de Revistas do Arquivo Público Mineiro, 1896-1995 (em parceria com a Fundação João Pinheiro); digitalização do fundo Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais; digitalização de parte do acervo fotográfico do APM (cerca de 5.500 fotografias); digitalização da documentação histórica das câmaras municipais de Sabará, Caeté, Campanha, Tiradentes e Mariana; digitalização da documentação do DOPS de Minas Gerais.

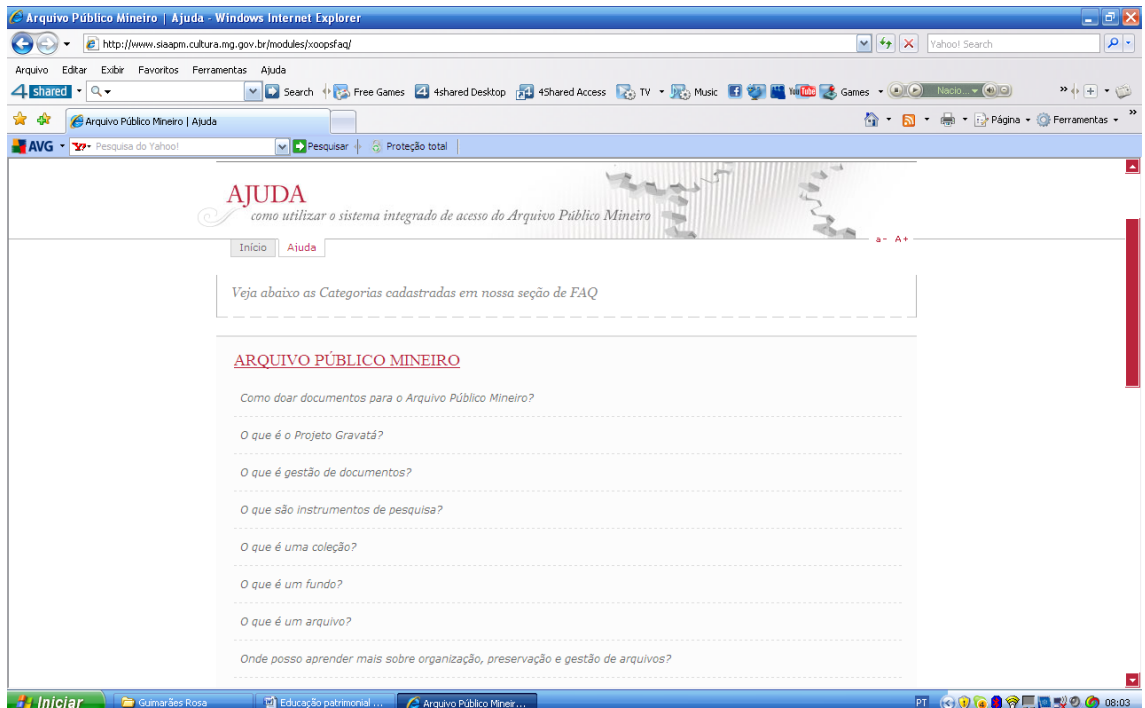
Basta essa listagem para se perceber a importância e o alcance cultural das iniciativas do APM, na criação de acervos digitais. Em 2005, foram constatados, porém, dois problemas: a) cada projeto acima indicado desenvolveu um banco de dados próprio, sem vínculo com os demais; b) o acesso a esse material digital ficava restrito aos consulentes presenciais da instituição, pois – salvo o caso da Coleção de Revistas do Arquivo Público Mineiro, 1895-1896 – eles não haviam sido disponibilizados na forma de CDs ou DVDs.

No intuito de superar esses problemas foi desenvolvido o *Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro* (SIA-APM). Através desse sistema operacional, foi possível, no âmbito da intranet, unificar os bancos de dados existente no APM e, no âmbito da internet, disponibilizar progressivamente parte dos acervos reformatados.

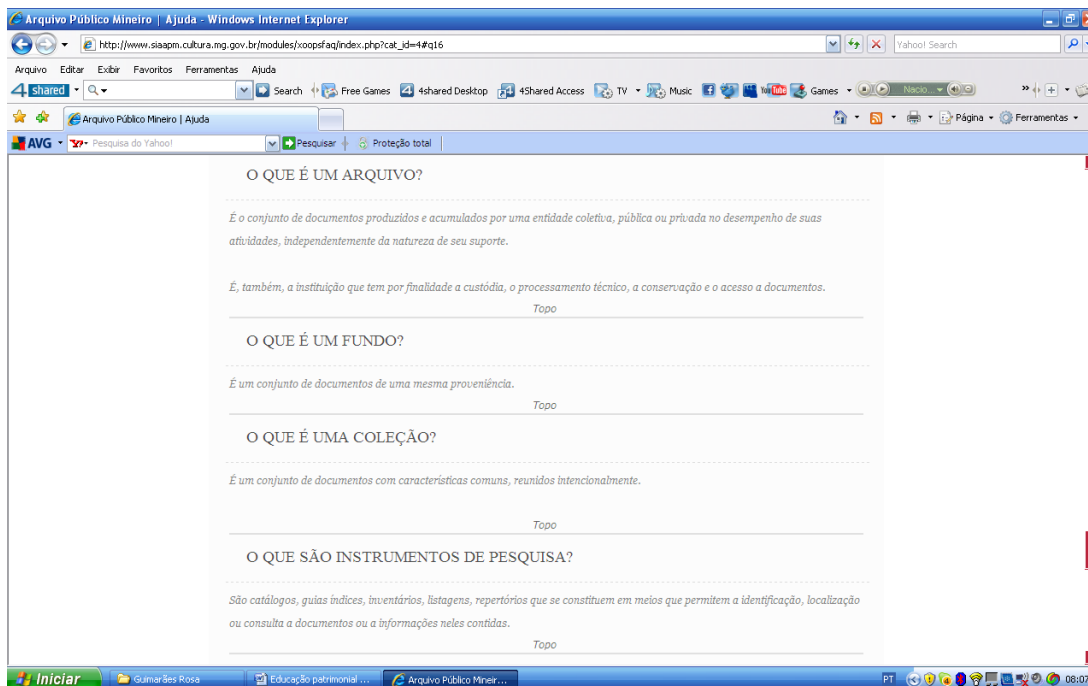
Ao fazer isso, o SIA-APM propiciou novas condições de serviços aos usuários. O portal do SIA tem por base módulos, que podem ser ampliados de acordo com a necessidade:



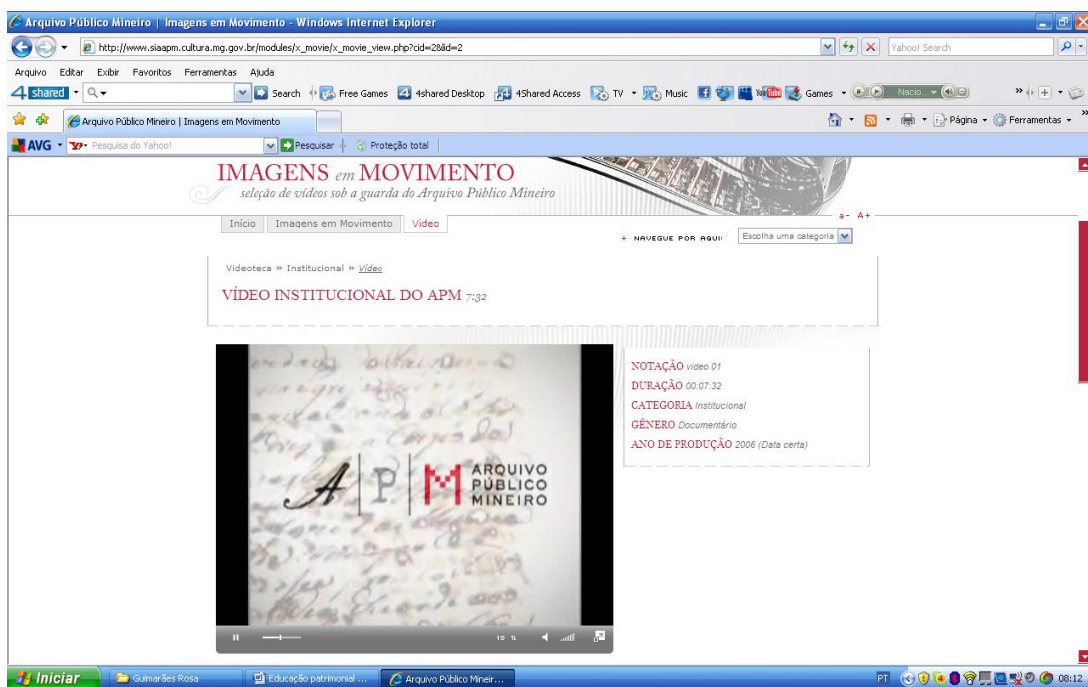
No módulo “Ajuda” são facultadas informações a respeito de projetos que alimentam os módulos e de conceitos fundamentais da Arquivologia.



Uma vez se clicando no item selecionado, é possível conseguir uma breve explicação a respeito do tema:



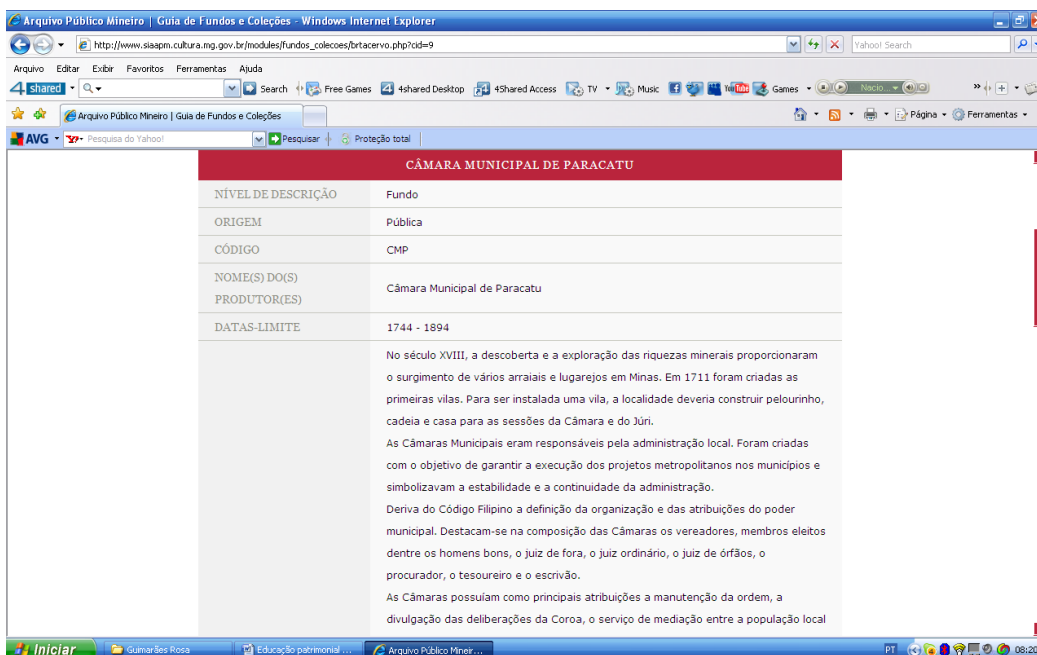
No sentido de facilitar a compreensão, por parte dos usuários, também foi disponibilizado um vídeo institucional do APM, em destaque na primeira página do portal, mas vinculado ao módulo “Imagens em Movimento”:



O filme institucional apresenta, através de imagens, as principais funções e serviços do APM. Outro instrumento fundamental consiste no “Guia de Fundos e Coleções”, disponibilizado em um módulo específico:



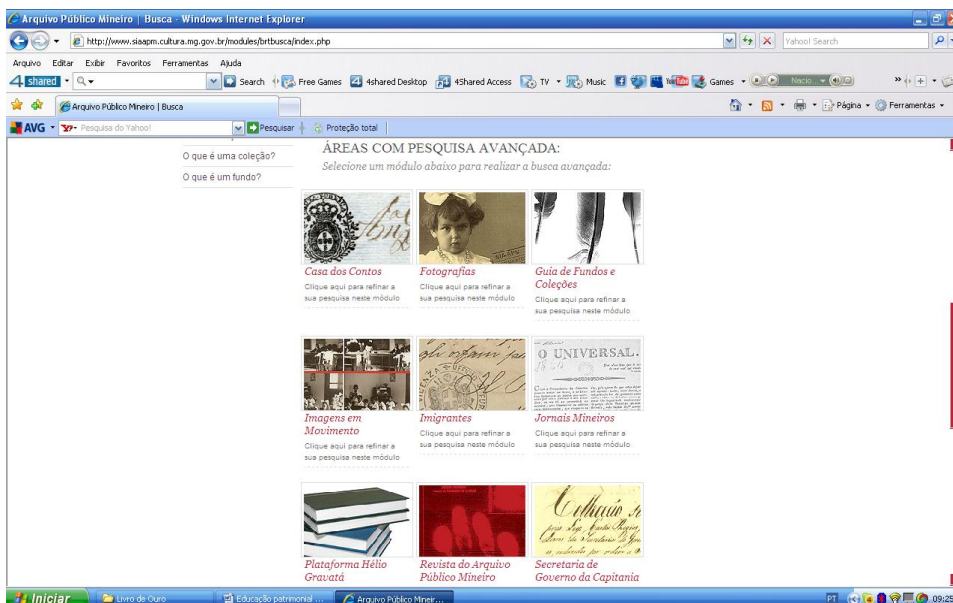
Esse módulo permite uma rápida visualização dos fundos documentais e coleções pertencentes ao APM. Abaixo selecionamos o fundo “Câmara Municipal de Paracatu”:



Outro caminho é escrever uma palavra na ferramenta de pesquisa geral do portal. Em nosso exemplo, escrevemos “Uberlândia” e localizamos, como primeiro resultado, dados do módulo “Fotografias”:



Atualmente o SIA-APM é composto por 16 módulos, disponibilizando documentos manuscritos do século XVIII e XIX, fotografias, mapas, plantas, coleções de jornais e revistas, assim como filmes oficiais nos anos 1920-1970, matrículas de imigrantes, coleções de teses médicas e documentação de arquivos municipais e pessoais.



CONCLUSÃO

Para fins de pontuação na avaliação da efetivação das políticas públicas das instituições arquivísticas, o governo estadual de Minas Gerais equipara usuários virtuais aos presenciais. No que diz respeito a essa questão, conforme pode ser observado na Tabela 2, o uso da internet obteve resultados bastante positivos, tendo em vista que a média histórica de usuários presenciais, no APM, varia entre 4.000 e 5.000 ocorrências.

Tabela 2. Usuários virtuais, SIA-APM, 2007-2011

Ano	Usuários virtuais
2007	12.013
2008	86.337
2009	205.845
2010	348.727
2011	285.452

Fonte: Relatórios anuais do Arquivo Público Mineiro, 2007-2011.

Entre o lançamento do SIA-APM, em 2007, e o ano de 2011, o número de usuários virtuais tem aumentado intensamente, embora registre uma queda na última data. Em comparação à situação anterior, cabe citar que o total de usuários presenciais entre 2005-2008 foi de apenas 18.054, não chegando a representar 10% do número de acessos virtuais no ano seguinte.

REFERÊNCIAS

L'action éducative et culturelle des Archives (Actes du colloque "Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des Archives). Paris: La Documentation Française, 2007.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, V. 1(21): 129-150, 1998. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/287> Acesso em 21 jul. 2012.

COURCHESNE, Marie-Josée. L'action éducative en archivistique et en muséologie. **Archives**, v. 30 (2): 3-28, 1998-1999.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf Acesso em 12 jul. 2012.

Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> Acesso em 12 jul. 2012.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica: Revista** eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo, n. 34: 12-23, 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/texto05.pdf> Acesso em 12 jul. 2012.

KEEN, Andrew. **O culto do amador**: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet**: Arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV editora, 2012.